

O ARQUITETO E URBANISTA HARRY COLE | Maria Cecilia Lucchese

Arquiteta e urbanista | Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP | Doutoranda em Teoria e
História do Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da USP
cecilialucchese@usp.br

O ARQUITETO E URBANISTA HARRY COLE

ANTECEDENTES

Harry James Cole, arquiteto carioca, nasceu em 1930 quando se iniciava o governo de Getúlio Vargas. Entre 1930 e 1950, ano em que entrou na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, no campo das artes e da arquitetura, o modernismo se consolidou como a tendência da vanguarda. Essa consolidação não foi pacífica, manifestações mais tradicionais e acadêmicas continuaram convivendo com a arquitetura moderna.

O embate também se deu no campo do urbanismo, e segundo vários autores, entre os quais Silva (2003), se desenvolveu no Rio em torno de dois grupos de atuação: o dos arquitetos e o dos engenheiros. Um desses grupos foi representado pelo Serviço Técnico da Comissão do Plano da Cidade da Prefeitura do Rio de Janeiro, que a partir da década de 1920 teve como missão implantar o Plano Agache na cidade e que tinha um vínculo maior com o urbanismo *Beaux-Arts* e o movimento Cidade Bela.

O outro, liderado por Lucio Costa e composto por arquitetos formados na Escola Nacional de Belas Artes, teve no Ministério da Educação e Saúde a grande oportunidade para a divulgação do modernismo vinculado aos ensinamentos dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM) e em especial aos de Le Corbusier.

Até meados da década de 1940, não houve no Brasil uma visão de cidade moderna hegemônica, ao se pensar nas duas concepções mais conhecidas e difundidas no século, a da “cidade jardim” e a da “cidade funcional”, e na formação dos arquitetos nos anos 50

na Faculdade Nacional de Arquitetura, o urbanismo que era ensinado se prendia, em grande parte, aos parâmetros acadêmicos do *Beaux-Arts*. A disciplina pouco mais era do que noções de história da cidade e era dada somente no 5º ano.

Porém também nesses anos vinha sendo construída a Cidade Universitária da Ilha do Governador, sob a coordenação do arquiteto modernista Jorge Moreira. Enquanto estudante, e mesmo um pouco depois de formado, Harry Cole trabalhou no Escritório Técnico da Universidade com Moreira, onde os repertórios do urbanismo e da arquitetura modernos começaram a ser parte de seu treinamento profissional.

Em 1955, Cole também foi trabalhar com Hélio Modesto que, em 1949, estivera em Londres cursando pós-graduação em planejamento urbano e regional. Modesto aconselhou Cole a fazer o mesmo, e o apresentou a Percy Johnson-Marshall, urbanista britânico que coordenava no London County Council (LCC), o grupo de reconstrução das áreas londrinas bombardeadas na Segunda Guerra.

Em agosto de 1955 ele foi para a Inglaterra. Além do curso de pós-graduação em Planejamento Urbano na Escola de Arquitetura da Universidade de Londres,¹ também trabalhou com Johnson-Marshall no LCC. O Departamento de Planejamento Urbano da Universidade de Londres desenvolvia um curso que enfatizava o planejamento territorial, mas que abrangia disciplinas da área social, como Economia e Sociologia. Era uma formação que colocava outra visão do urbanismo, a do “planejamento urbano”, isto é, estabelecia uma atuação Para o profissional que, além do projeto, incorporava o plano e o controle do uso do solo (Cherry, 1974).

O professor de planejamento urbano e diretor do departamento era William Holford, arquiteto modernista inglês do Grupo MARS (Modern Architecture Research Group) e um dos juízes do concurso para o Plano-Piloto de Brasília, em 1957.

No LCC, onde Cole trabalhou, a Divisão de Planejamento do Departamento de Arquitetura foi organizada em 1949 em quatro áreas: Planos de Desenvolvimento; Solicitações; Informação e Pesquisa; e Áreas de Reconstrução (também denominada de Desenvolvimento Integral)² (Jordan, 1956). Cole foi trabalhar com Johnson-Marshall no Grupo de Áreas de Reconstrução, arquiteto que também representava o modernismo inglês dos anos 1950 e estivera presente em algumas reuniões do CIAM, como a de 47 em Bridgewater na Inglaterra (Mumford, 2000).

Johnson-Marshall (1956), ao falar do trabalho que coordenava, descreve os quatro fundamentos em que se baseava: o trabalho entre diversos setores do LCC para a aquisição dos terrenos; o fato de cada plano das áreas ser pensado em relação ao planejamento da cidade como um todo; e a existência de uma equipe afinada, trabalhando junto ao longo do tempo. O quarto fundamento era também trabalhar na escala do projeto urbano, característica do planejamento inglês.

Mas havia ainda o controle do desenvolvimento da cidade, feito de uma forma muito específica. Segundo Cullingworth & Nadin (1994), uma de suas características do controle público era ser discricionário, com disposições e decisões feitas com base

na avaliação do mérito de cada proposta dos empreendedores, e não em decisões gerais e definidas em lei para todas as possíveis situações. Isso garantia ao técnico do planejamento um grande poder e, dessa forma, além de uma metodologia de planejamento urbano, na Inglaterra Harry Cole também vivenciou o poder dado aos técnicos.

Em sua formação, portanto, ele recebeu conteúdos de várias concepções de urbanismo, desde o urbanismo “tradicional” dos engenheiros, com forte tradição sanitária e orgânica, da cidade pensada segundo a estética *Beaux-Arts*, do modernismo brasileiro de matriz corbusiana e do específico modernismo inglês da década de 1950, com toda sua tradição de composição pinturesca.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL – PRIMEIROS TRABALHOS

Voltando ao Brasil em 1958, Cole foi trabalhar no escritório de Urbanismo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap)³ no Rio, coordenado por Lucio Costa e tendo como chefe formal o engenheiro Augusto Guimarães Filho. Cole então teve contato com a concepção de cidade de Costa, sua forma de definir a composição volumétrica dos edifícios.

Segundo Lucio Costa, a composição da Praça dos Três Poderes em Brasília foi inspirada na arquitetura tradicional chinesa.

Essa tradição era impressionante. Esses dois volumes eram fotografias belíssimas daqueles templos edificadas sobre terraplenos de pedra. E era acompanhado de plantas, muito nítidas, da implantação destes elementos todos. E eram sempre implantações muito geométricas, bem definidas, cada pavilhão articulado com os outros, formando um esquema muito puro, muito geométrico, e contrastando com aquelas formas graciosas daqueles telhados escalonados, daqueles pavilhões. Isso dava uma certa nitidez, amarrava e conciliava a silhueta com a implantação dos templos.

Isso, na Praça dos Três Poderes, triangular, que eu achei que seriam três poderes, na época o Brasil era uma democracia de verdade, o negócio do triângulo equilátero parecia adequado de forma a enquadrar todos os poderes com pesos iguais, completados por uma plataforma triangular, cinco metros acima do cerrado, completados com mais dois pavilhões, dignos, em termos chineses, que seriam o Palácio do Itamaraty e o Ministério da Justiça, já num plano mais alto, na cabeceira da Esplanada dos Ministérios... (apud Cardoso, 1988, p.279.)

Dessa forma, a “composição volumétrica” de Costa não seguiu concepções rigidamente funcionalistas. Outras fontes de inspiração foram utilizadas, como a concepção oriental do espaço, além da concepção barroca, como já analisado em vários trabalhos, inclusive por Cardoso (1988), que compara Brasília à Versalles. Mas a definição dos usos do solo de Brasília exprimiou, com uma clareza pedagógica, a separação das funções urbanas, como sugerido na Carta de Atenas.

A metodologia no desenvolvimento dos trabalhos urbanísticos não seguia aquela que Cole experimentara na Inglaterra. Isso fica claro em uma observação de William Holford, feita em 1959, numa visita à Brasília.

É também evidente que resta ainda muito planejamento a fazer em setores da cidade fora do grupo central de edifícios oficiais. Os projetos e construções arquitetônicos estão em andamento num ritmo tão rápido que parece impossível que venham eles a criar, ao mesmo tempo, o seu próprio ambiente – ou, seja, determinar a localização e utilização dos edifícios e a relação de uns com os outros. Nos centros culturais, por exemplo, um projeto tridimensional mais minucioso, preparado pelo setor de planejamento, criaria condições mais rigorosas para os projetos do departamento de arquitetura; e isso na realidade pouparia tempo. (Holford, 1960, p.3.)

Enquanto trabalhava na Novacap, Harry Cole também teve uma atuação autônoma, além de ter se envolvido em discussões que aconteciam no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) de Guanabara. Em 1958 desenvolveu o projeto para a Nova Cidade Santo Antônio, trabalho contratado pela Terfina Administradora S.A. e Tecnobras Ltda., para uma área rural (Colônia Santo Antônio) localizada no município de Barra Mansa, Rio de Janeiro. O projeto tem uma abordagem fortemente calcada na tradição cidade jardim, o que mostra desde o início a forte influência da tradição britânica no seu trabalho.

Foi no início da década de 1960 que Cole começou sua trajetória como divulgador do ideário do planejamento urbano, através do IAB e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Ele também desenvolveu nessa época algumas atividades práticas, como no Recife por exemplo. Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Recife Metropolitano foi criado um grupo de trabalho com técnicos da Prefeitura e da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife. A supervisão geral do trabalho coube a um grupo cujos integrantes eram Paulo Vaz, Fernando Menezes, Antônio Bezerra Baltar, Harry Cole e Diógenes de Arruda (*Jornal do Comércio de Recife*, 1961).

No final de 1964 Cole foi convidado por Roberto Campos para integrar sua equipe no Ministério de Planejamento e Gestão. Ao aceitar, Cole inaugurou uma nova fase de sua carreira, a de planejador de políticas públicas federais. Ao mesmo tempo em que teve a possibilidade de tentar implantar sua visão de planejamento, começou uma trajetória que o marcou como conservador, ainda que seu discurso técnico fosse modernizador e progressista.

O TRABALHO NA ÁREA PÚBLICA

Cole conheceu Roberto Campos na casa de seu sogro, de quem Campos era muito amigo, e que, conhecendo sua formação em planejamento urbano, o convidou para sua equipe. Isso permitiu que ele levasse para o então Ministério Extraordinário de

Planejamento e Coordenação Econômica suas preocupações com o Planejamento Urbano e Metropolitano, que também eram as preocupações dos arquitetos que, como ele, militavam no IAB/Guanabara.

A partir de 1965, Cole se envolveu na elaboração do Plano Decenal. No desenvolvimento desse Plano, Cole participou da discussão das propostas para o desenvolvimento urbano e regional.

Segundo Steinberger, a ideia de um sistema de planejamento local integrado surgiu no Ministério de Planejamento nesse momento.

Estávamos no início de 1965. Ainda não tinham decorrido nem seis meses da criação do BNH e do SERFHAU e nem um ano da criação do MECOR. O Ministério Extraordinário do Planejamento resolveu assumir uma nova atividade: planejamento urbano e regional. Para desempenhá-la foi criado, junto ao gabinete do Ministro, um Setor de Planejamento Regional e Municipal.

Esta nova unidade tinha por objetivo implantar um sistema de planejamento integrado de âmbito nacional, regional, estadual e local. Para isso produziu um documento intitulado “Sistema de Planejamento Local Integrado”, que era uma espécie de ideário básico, onde estavam contidos os princípios, as premissas e os principais conceitos do Sistema. Foi a partir deste documento que surgiu o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP) para financiar vários tipos de projetos, inclusive os chamados “planos integrados municipais”. (Steinberger, 1976, p.37.)

Na Política de Desenvolvimento Urbano do Plano Decenal essa questão foi abordada na parte intitulada “Necessidade de planejamento integrado do desenvolvimento local”. Definiu-se então um plano integrado como aquele que considerava aspectos regionais além dos locais, e que eles deveriam abranger estudos e proposições para os setores econômico, social, físico-territorial e institucional (Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, 1967).

Após ter ido para o Ministério, nesse período de grande discussão do papel do planejamento, Cole desenvolveu intensa atividade intelectual. Participou de conferências e seminários internacionais e publicou artigos em revistas especializadas do Rio.

Em 1967, após uma viagem de estudos de seis meses aos Estados Unidos, e já de volta ao Brasil e ao Ministério do Planejamento, Cole assumiu o cargo de coordenador do Setor de Desenvolvimento Urbano e Regional do EPEA – Escritório de Planejamento Econômico Aplicado (hoje IPEA), onde, com base na metodologia desenvolvida pelo geógrafo francês Michel Rochefort, foi realizado um estudo nacional para a identificação de microrregiões e de regiões homogêneas (Cole, 1967).

A respeito da utilização desta metodologia, Steinberger, ao estabelecer as origens do Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado,⁴ diz que:

Existem três documentos que consideramos básicos para a organização do SNPDLI: o Plano Decenal, o Decreto n. 59.917⁵ e o Decreto-Lei n. 200⁶. (...)

O capítulo [de Desenvolvimento Urbano do Plano Decenal] foi dividido em três partes. Uma primeira que tratava dos aspectos significativos do processo de urbanização onde era feita uma caracterização da problemática urbana. Uma segunda, que concebeu a formulação de uma política de desenvolvimento urbano segundo uma ótica regional, prevendo a definição de regiões-programa e pólos de desenvolvimento, com vistas a compatibilizar o desenvolvimento urbano e regional. Finalmente, a terceira parte tratava do Planejamento Local e preconizava a implantação de um Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado. (Steinberger, 1976, p.63-4.)

As discussões que ocorreram no Ministério do Planejamento, e especialmente aquelas vinculadas à necessidade de ser criado um sistema nacional de planejamento local, foram desenvolvidas pelo grupo de trabalho que no final do ano de 1966 reformulou o SERFHAU e estabeleceu as novas diretrizes para o órgão (Decreto 59.917 de 30/12/66). Esse grupo foi formado pelos arquitetos Luis Alfredo Stockler e Rubens Mattos Pereira, além do próprio Cole, todos eles técnicos do Ministério de Planejamento.

Quando Cole chegara ao Ministério, já havia sido encaminhado o Decreto que criou o BNH e o SERFHAU. O Decreto de certa forma respondeu à parte das reivindicações do Seminário de Habitação de 1963, como a proposição de um Plano Nacional de Habitação, a criação de um órgão autônomo para gerir a política habitacional dispondo de recursos para esse fim e a criação de um órgão técnico para a elaboração e acompanhamento da política. Mas não respondeu a uma das questões-chave levantadas naquele Seminário, que foi a recomendação para a criação de um órgão central de planejamento urbano. Essa questão só teve uma resposta do governo militar em 1966, quando o SERFHAU foi reformulado.

Segundo Cintra (1978), houve uma disputa entre o Ministério do Planejamento e o Ministério de Coordenação de Organismos Regionais (que nesse momento foi transformado em Ministério do Interior) pela primazia na formulação das diretrizes da política urbana. Essa disputa resolveu-se pela criação do novo Ministério, o qual foi entregue ao general Albuquerque Lima, militar muito influente junto ao grupo do Exército no poder e a Costa e Silva, que assumia o governo.

Para manter um certo equilíbrio de forças, o SERFHAU foi entregue a Cole – um arquiteto ligado ao grupo de Roberto Campos (e Castello Branco), conciliando as disputas em torno da política de planejamento urbano. Isso é o que de certa forma coloca Luís Aureliano G. de Andrade no seguinte trecho de seu trabalho:

Em 67, o órgão é tomado de assalto pela tecnocracia ligada ao então Ministro do Planejamento, e de novo ressurgiu a idéia que antecedeu sua criação.⁷ A essa altura, a batalha

já estava vencida, transformando o BNH em ponta de lança da política urbana, alimentado pelos recursos vultuosos do Fundo de Garantia. (Andrade, 1976, p.141.)

Em junho de 1967 Cole assumiu o cargo de superintendente do SERFHAU. Sua primeira tarefa foi estruturar o órgão, que até então pouco exercera um papel relevante, e que se ativera ao desenvolvimento de pesquisas habitacionais para o BNH. Cole estruturou o SERFHAU em departamentos, o mais importante sendo o de Análise de Projetos, que tinha a competência de analisar os planos urbanos locais financiados pelo SERFHAU e aprová-los tecnicamente.

Cole levou para trabalhar com ele no SERFHAU profissionais que conheceu em seu percurso profissional, todos jovens e entusiasmados defensores do planejamento urbano, como Stélio Roxo, Eduardo Novaes, Hélio Vianna Junior, Alex Nicolaieff e Maurício Nogueira Batista. Também levou os outros membros do grupo que havia regulamentado na Superintendência do SERFHAU – Luis Stockler veio a ser seu assessor direto e Rubens Pereira foi chefiar o Departamento de Análise de Projetos.

Outra ideia trazida do Ministério do Planejamento foi a implementação do FIPLAN (Programa de Financiamento para o Planejamento Urbano), fundo que financiou os trabalhos técnicos de elaboração dos planos pelas Prefeituras, e que foi alimentado com recursos do BNH.

O Harry [Cole] automaticamente imaginou que o planejamento local integrado seria o que ia resolver os problemas de ordenamento do espaço. O Harry, de uma maneira inteligente, percebeu o seguinte, para viabilizar o conceito de financiamento do SERFHAU ele teria que ter um respaldo da iniciativa privada. Em tese, o SERFHAU, para a construção civil, ou era neutro ou o inimigo – poderia representar custos ou retardar projetos na área de habitação, o que representa custos. Ou seria irrelevante ou seria negativo. Então ele tinha que criar na iniciativa privada o *lobby* a favor, instituições que tivessem no SERFHAU uma fonte de financiamento. E ele imaginou, sendo arquiteto, que era também uma forma de viabilizar escritórios de arquitetura.

Foi criado um fundo com recursos do BNH. Era uma batalha enorme com os diretores do Banco, que não queriam dar um pouco de dinheiro, e o Harry imaginou que todo um universo de escritórios de arquitetura fosse crescer, o mercado se abrir, eles fossem atuar e fossem se tornando um *lobby* importante a favor do SERFHAU. (Novaes, 2005.)

Ainda que os trabalhos mais conhecidos desenvolvidos pelo SERFHAU nesses primeiros anos tenham sido a implementação do Fundo de Financiamento ao Planejamento (FIPLAN), a formatação do PAC – Plano de Ação Concentrada e o incentivo aos PLDI – Plano Local de Desenvolvimento Integrado; uma questão tratada nessa época foi a criação de um ordenamento físico-jurídico para as regiões metropolitanas.

Essa discussão, já presente no EPEA, foi trazida para o SERFHAU, que patrocinou em 1967 a elaboração de diagnósticos para nove regiões consideradas como metropolitanas (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém), além da proposição de diretrizes para seu planejamento e elaboração de um projeto de lei pelo jurista Hely Lopes Meirelles.⁸

Sabemos que a proposição de uma minuta de lei para a criação de áreas metropolitanas disparou um processo de luta entre os ministérios, pois estava claro que aquele que coordenasse o processo teria um grande ganho político (Lucchese, 2004).

Um artigo de Cole, “Regionalização dos governos locais: o caso do Canadá”, publicado na revista *RAM* de setembro/outubro de 1969 expôs a gestão pública que estava sendo implantada na província de Ontário, com a criação de uma municipalidade regional Ottawa-Carleton. O novo arranjo institucional suprimia algumas administrações locais e criava um ente administrativo juridicamente formado pelas diversas localidades.

A luta pela gestão da política urbana foi o que provavelmente levou Cole, baseado na experiência canadense, a propor tentativas de gestão experimentais não-institucionalizadas e o predomínio da abordagem técnica, o que o afastava da luta por poder que acontecia.

Infelizmente em nosso país, talvez por uma tradição histórica, procura-se sempre resolver problemas de alto nível de complexidade com legislação total e compreensiva, que não admite a possibilidade de períodos de transição e adaptação. Inúmeras vezes temos visto a implantação de leis que, pouco depois de sua edição, têm de ser reformuladas e readaptadas, nunca se encontrando o caminho correto para as soluções dos problemas que pretendem resolver. Essa nossa atitude cria, com relação a normas, diplomas, leis e regulamentos, uma série de desgastes inteiramente inúteis, inseqüentes e perniciosos. É necessário ingressarmos numa era em que assuntos complexos sejam tratados inicialmente de forma experimental, baseados em técnicas científicas e não meramente na vontade isolada deste ou daquele funcionário que vê tão somente o seu problema específico, sem apreender a complexidade e a importância do conjunto. (Cole, 1969, p.530-1.)

Cole também fez com que o SERFHAU tivesse um papel central na difusão dos conceitos e métodos de planejamento. Em 1967 promoveu a I Reunião Interamericana de Recursos Humanos para o Planejamento Local Integrado, para a qual foram convidados Francis Violich, da Universidade de Berkeley, Ricardo Jordan, da Universidade Católica do Chile, Anatole Solow, da Universidade de Pittsburg, Pedro Morcillo, da Universidade Del Valle da Colômbia, e Fernando Mendes, da Universidade Católica de Caracas. Urbanistas brasileiros também foram convidados, entre eles Maximiliano Fayet, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Alípio Castelo Branco, da Universidade Federal de Minas Gerais, Celson Ferrari, da Universidade Mackenzie, e Diogo Lordello de Mello, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Em 1968, trouxe ao Brasil o urbanista americano John Friedman, que na época dava assessoria ao governo chileno. Friedman anos mais tarde desempenhou um papel importante na consolidação do curso de Planejamento Urbano e Regional do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), curso, cuja criação, teve origem em entendimentos entre o SERFHAU e a Universidade de Edimburgo, na Escócia, iniciados por Cole no período em que o dirigiu. Ao sair do SERFHAU, no final de 1969, Cole deixou em andamento uma série de atividades que floresceram nos anos 70.

O ESCRITÓRIO DE PROJETO

Em 1969 Cole fundou sua empresa de projeto, a H.J. Cole + Associados S/A – Planejamento e Empreendimentos. Mas seus vínculos com o Estado e os personagens que lá estavam nunca foram quebrados, e ele continuou participando dos conselhos do BNH e do SERFHAU.

A visibilidade adquirida no trabalho público lhe abriu portas de prefeituras e governos estaduais, mas o escritório também teve grande atuação na iniciativa privada. Entre os clientes estiveram a Cetenco S.A., IBM, Veplan Residência Empreendimentos Construções S/A etc. Para a iniciativa privada foram realizados trabalhos de arquitetura e projeto urbano, como cidades novas e empreendimentos turísticos. Para o poder público foram elaborados planos diretores, estudos para a localização de distritos industriais, concepção do Programa Cura, projetos Cura em municípios, e estudos urbanísticos.

O escritório chegou a ter um porte considerável. Em alguns anos, chegou a desenvolver sete grandes projetos de planejamento ao mesmo tempo. Sônia Cole, arquiteta, esposa de Cole e diretora administrativa do escritório, disse que em seu auge o escritório chegou a ter mais de 200 funcionários, com filial em São Paulo e escritórios temporários em Belém, Macapá e Blumenau (Cole, 2006).

Um trabalho interessante foi realizado em 1971: o projeto da Cidade de Porto Real no município de Rezende, no Rio, para uma empresa imobiliária. O programa foi concebido como uma cidade nova, e o projeto utilizou uma série de elementos que estão presentes nas cidades novas britânicas, que fazem, por sua vez, um *mix* muito específico entre elementos do ideário “cidade jardim” e do ideário “cidade funcional”.

Como exemplo, temos a rígida separação de funções, a criação de áreas habitacionais concebidas como unidades de vizinhança de baixa densidade, a implantação dos centros comerciais em “praças”, isto é, com edifícios voltados para uma área central com acesso só de pedestres, caracterizando um típico *precinct* britânico.

Os planos diretores desenvolvidos pelo escritório seguiram a metodologia divulgada pelo SERFHAU, com extensos diagnósticos abrangendo todas as questões relacionadas à vida urbana. Foram planos cujas diretrizes se referenciavam somente ao território,

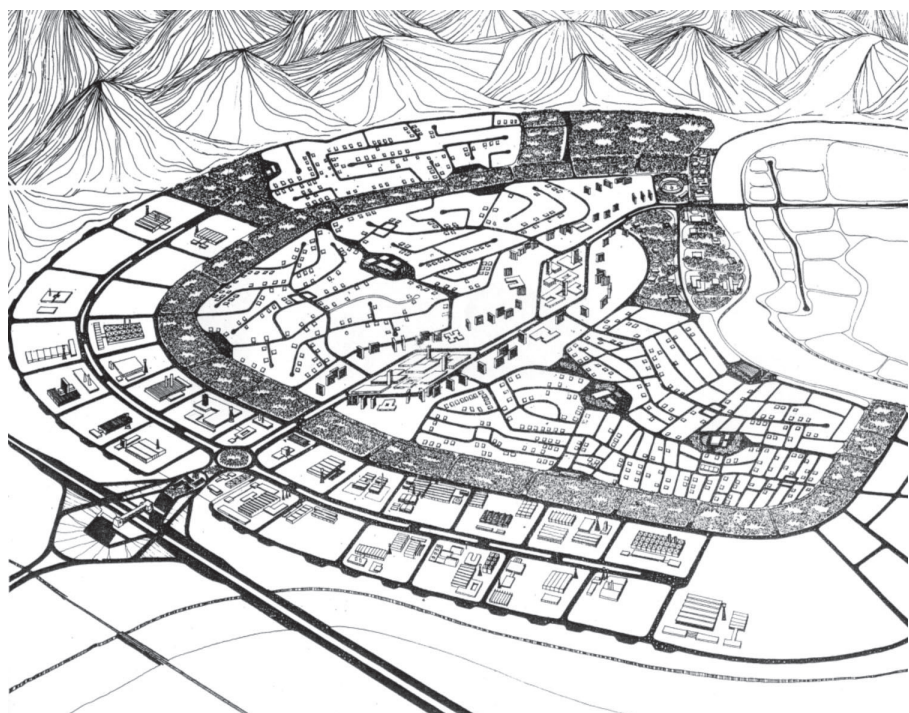


Figura 1 – Plano de Massas, Porto Real.

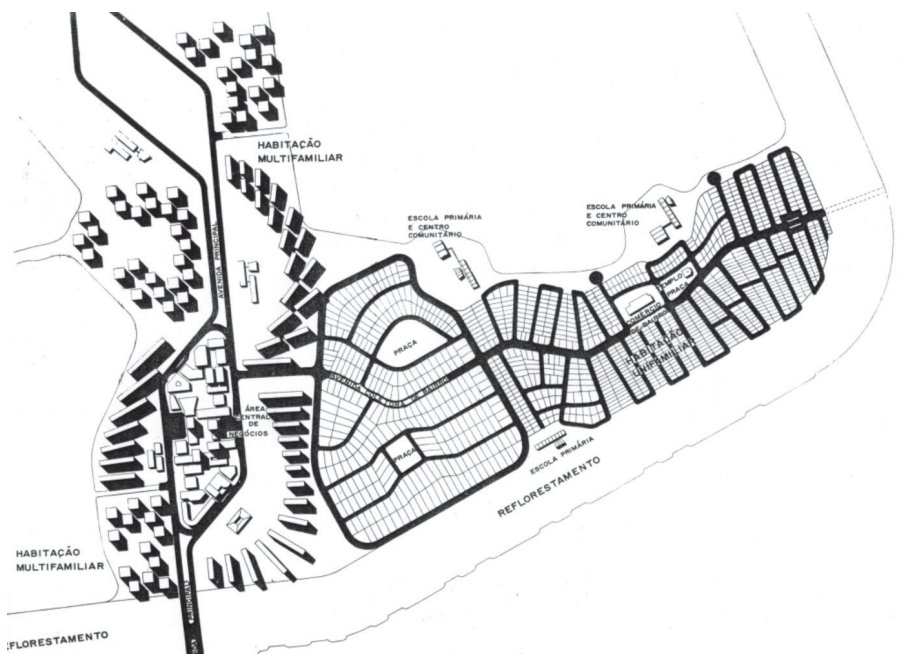


Figura 2 – Centro e unidade de vizinhança, Porto Real.

onde o ponto central era o sistema viário e o zoneamento de usos, e em que questões como educação ou saúde somente apareciam, no sentido de definir a quantidade e localização preferencial de novos edifícios para abrigar esses serviços. Era o que genericamente se entendia por plano diretor, ou de desenvolvimento integrado, mas os do escritório tinham uma característica particular, sempre os acompanhava uma proposta de desenho urbano, geralmente para o centro das cidades.

CONCLUSÃO

Os trabalhos em que Cole esteve envolvido, em grande parte, foram marcos do planejamento urbano na época. O conhecimento adquirido na Inglaterra foi determinante na sua formação de planejador, e em sua atuação essa experiência foi difundida e aprimorada.

A metodologia de planejamento adotada no SERFHAU e difundida em todo o Brasil tem base na tradição britânica, e em grande parte isso é resultado de sua atuação. Nesse período, quando o planejamento urbano teve grande aceitação pública e foi considerado como instrumento capaz de conduzir o desenvolvimento das cidades, Cole foi um divulgador desse planejamento em todo o País.

Mas sua contribuição particular foi principalmente o seu planejamento e admitir e advogar o desenvolvimento de projetos urbanos, característica que, também aplicadas aos planos do SERFHAU, ficaram mais claras na elaboração da proposta do Programa Cura. Até que ponto essa especificidade foi utilizada em seus trabalhos vem sendo objeto de minha pesquisa.

Em 1980, fruto de um acidente vascular cerebral, Cole passou a ocupar uma posição de bastidor, e o escritório continuou funcionando até 1989. Harry Cole faleceu no ano seguinte.

NOTAS

- 1 Bartlett School of Architecture – University London College.
- 2 Em inglês: Development Plan, Applications, Information and Research, and Reconstruction (or Comprehensive Development) Areas, respectivamente.
- 3 A Novacap foi criada em 1956 e seu presidente foi o engenheiro Israel Pinheiro.
- 4 Implantado em 1967 por Cole no SERFHAU.
- 5 Decreto que regulamentou o SERFHAU.
- 6 Decreto que instituiu a reforma administrativa e criou o Ministério do Interior.
- 7 A ideia inicial foi que o BNH se subordinasse ao SERFHAU.
- 8 Veja o trabalho “Desenvolvimento metropolitano integrado no Brasil”, publicado pelo SERFHAU em 1967, e com autoria creditada a Harry Cole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, L. A. G. de. Política Urbana no Brasil: o Paradigma, a organização e a política. São Paulo, *Estudos Cebrap*, out/dez. 1976, p.119-48.
- CARDOSO, A. L. *Construindo a utopia: urbanismo e modernidade no Brasil*. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado) – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CINTRA, A. O. Planejando as cidades: política e não-política. In: CINTRA, A. O., HADDAD, P. R. (orgs.) *Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.169-253.
- CHERRY, G. E. *The Evolution of British Town Planning*. London: Leonardo Hill Books, 1974.
- COLE, H. J. Desenvolvimento metropolitano integrado no Brasil. In: SERFHAU. *Áreas metropolitanas e desenvolvimento integrado no Brasil*. Rio de Janeiro, Minter/SERFHAU/SENAM, 1967.
- _____. Regionalização dos governos locais: o caso do Canadá. Rio de Janeiro, IBAM, *Revista de Administração Municipal-RAM*, n.16, p.527-31, set./out. 1969.
- CULLINGWORTH, J. B., NADIN, V. *Town and Country Planning in Britain*. London: Routledge, 1994.
- HOLFORD, W. Problemas e perspectivas de Brasília. Rio de Janeiro, *Revista Módulo*, v.3, n.17, p.2-3, abril 1960.
- JOHNSON-MARSHALL, P. Comprehensive Development Areas. London, *Revista Architectural Design*, tomo de 1956, p.144-58, 1956.
- JORDAN, R. F. L. C. C. New Standards in Official Architecture. *The Architectural Review*, v.120, n.718, nov. 1956.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Grupos de Trabalho (12) Preparam Plano do Recife Metropolitano. Recife, 22/09/1961.
- LUCCHESI, M. C. *Curam-se cidades: uma proposta urbanística da década de 70*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Local*. Rio de Janeiro: MPCG, 1967.
- MUMFORD, E. *The CIAM Discourse on Urbanism – 1928-1960*. Cambridge-MA/London: The MIT Press, 2000.
- SILVA, L. *História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.
- STEINBERGER, M. *Planejamento Local Integrado: uma fase necessária ao Desenvolvimento Urbano Planejado*. Rio de Janeiro, 1976. Dissertação (Mestrado) – COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ENTREVISTAS

- Eduardo Novaes – entrevistado em 24 de maio de 2005.
Sônia Cole – entrevistada em 8 de novembro de 2006.

RESUMO

O arquiteto brasileiro Harry James Cole teve uma trajetória profissional que acompanhou o desenrolar do planejamento urbano no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Este artigo traz um breve panorama de sua carreira, seu envolvimento na concepção do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e seu escritório de projetos. É fruto de minha pesquisa de doutorado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, ainda não concluída.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento urbano, Harry Cole, SERFHAU, plano de desenvolvimento integrado, planejamento urbano britânico.

THE ARCHITECT AND URBAN PLANNER HARRY COLE

ABSTRACT

The Brazilian architect Harry James Cole had a professional trajectory that was linked with the Brazilian urban planning activity in the 60's and 70's. This paper writes a synthetic panorama from his career, like his involvement in the Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU's conception (an ex urban planning federal agency) and his design private office. This paper goes on my Doctorate research at Architecture Department of São Carlos School of Engineering of USP, not already concluded.

KEYWORDS: *urban planning, Harry Cole, SERFHAU, comprehensive plan, Brasilia built, town planning.*